

PROJETO DE LEI Nº 6.159, DE 2019**(do Poder Executivo)**

Dispõe sobre o auxílio-inclusão de que trata a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, o Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, o Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, o Decreto-Lei nº 9.403, de 25 de junho de 1946, o Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, a Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, a Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993, e a Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a reabilitação profissional e a reserva de vagas para a habilitação e a reabilitação profissional.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o inciso I, do Art. 93-B, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, conforme redação dada pelo Art. 10 do Projeto de Lei nº 6.159/2019.

JUSTIFICAÇÃO

O PL 6.159/2019, de acordo com justificativa apresentada pelo governo, tem como um dos objetivos reforçar as diretrizes contidas no Estatuto da Pessoa com Deficiência em relação ao auxílio-inclusão. Entretanto, o que se verifica é que o referido projeto estabelece diversas condições para o direito a concessão do auxílio-inclusão que, se efetivadas, impedem o acesso à sua concessão e frustra os objetivos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI – Lei 13.146/15), especialmente o de incentivar as pessoas com deficiência moderada e grave, que recebem o benefício da prestação continuada (BPC), a querer voltar ou se inserir pela primeira vez no mercado de trabalho.

O retrocesso à política pública de incentivos à inclusão da Pessoas com Deficiência fica evidente quando o referido Projeto permite que as empresas possam efetuar o pagamento mensal de dois salários-mínimos como forma alternativa ao cumprimento da cota de empregados com deficiência prevista no art. 93, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Por essas razões, peço o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, dezembro de 2019.

MAURO NAZIF
PSB/RO